



Psicologia Ciência e Profissão

ISSN: 1414-9893

revista@cfp.org.br

Conselho Federal de Psicologia
Brasil

Uhng Hur, Domenico; Lacerda Júnior, Fernando
Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência
Armada
Psicologia Ciência e Profissão, vol. 37, 2017, pp. 28-43
Conselho Federal de Psicologia
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282053660003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^oalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada¹

Domenico Uhng Hur
Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil.

Fernando Lacerda Júnior
Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil.

Resumo: Este artigo discute como a luta insurgente contra o terrorismo de Estado no Brasil e na América Latina resultou na produção de novas ideias na Psicologia e como transformou as formas de participação política dos sujeitos que aderiram a práticas radicais de luta política. Os procedimentos de investigação foram revisão bibliográfica e entrevistas semidiretivas com quatro ex-guerrilheiros brasileiros e um colombiano. Na revisão, foram consultadas obras sobre Psicologia da Libertação, ditadura militar e guerrilha armada. Na análise das entrevistas, foram selecionados conteúdos que se referem ao processo de conscientização dos entrevistados. Constata-se que a atividade insurgente possibilitou a emergência de ideias e práticas na Psicologia que buscam a construção de relações sociais justas. A insurgência também foi a condição de possibilidade para a criação de novas experiências e reflexões sobre a atividade política dos participantes da luta armada contra a ditadura. Tomar a perspectiva da insurgência nos faz compreender os momentos de crise pelo seu potencial de transformação e emancipação. Seja no âmbito da Psicologia como ciência e profissão, que se desloca de uma posição adaptativa e normalizadora, para uma crítica e transformadora, ou nas experiências de militantes expressas como “subjetividades insurgentes” que buscam transformação e revolução.

Palavras-chave: Ditadura, Psicologia Social, Política, Psicologia Política, América Latina.

Dictatorship and Insurgence in Latin America: Liberation Psychology and Armed Resistance

Abstract: This paper discusses how insurgent struggles against Brazilian and Latin American State terrorism produced new ideas in Psychology and changed the means of political participation of subjects who upheld radical practices of political conflicts. The method was developed through bibliographical review and semi-structured interviews with four ex-guerilla members from Brazil and one from Colombia. Books and articles about: Liberation Psychology, Military Dictatorship and Armed Guerilla were selected for the bibliographical review. Content analysis aimed to identify narratives related to the process of conscientization. It was perceived that insurgent activity turned possible the emergence of psychological ideas and practices aimed at the creation of just social relations. Insurgency was also the condition of possibility to the creation of new experiences and discussions about political activity in the experiences of those who participated in the armed struggle against military dictatorship. Insurgency can turn periods of social crisis into something that drives change and emancipation. This is possible in Psychology, which can move from a normative position to a critical one and also in the experiences of political militants that constituted themselves as *insurgent subjectivities* striving for social change and revolution. Financial support: CNPq and CAPES.

Keywords: Dictatorship, Social Psychology, Politics, Political Psychology, Latin America.

¹ Apoio: CNPq e Capes.

Dictadura e Insurgencia en Latinoamérica: Psicología de la Liberación y Resistencia Armada

Resumen: Este artículo discute cómo la lucha insurgente contra el terrorismo del Estado en Brasil y América Latina resultó en la producción de nuevas ideas en la psicología y cómo transformó las formas de participación política de los sujetos que ejercieron prácticas radicales de lucha política. Los procedimientos de investigación fueron revisión bibliográfica y entrevistas con cuatro exguerrilleros brasileños y un colombiano. En la revisión fueron consultadas obras sobre Psicología de la Liberación, dictadura militar y guerrilla armada. En el análisis de las entrevistas fueron seleccionados contenidos que se refieren al proceso de concientización de los entrevistados. Se constata que la actividad insurgente posibilitó la emergencia de ideas y prácticas en la psicología que buscan la construcción de relaciones sociales justas. La insurgencia también fue la condición de posibilidad para la creación de nuevas experiencias y reflexiones sobre la actividad política de los participantes de la lucha armada contra la dictadura. Tomar la perspectiva de la insurgencia nos hace comprender los momentos de crisis por su potencial de transformación y emancipación, sea en el ámbito de la Psicología como ciencia y profesión, que se desplaza de una posición adaptativa y normalizadora, para una crítica y transformadora, o en el de las experiencias de los militantes expresadas como subjetividades insurgentes que buscan la transformación y la revolución.

Palabras claves: Dictadura, Psicología Social, Política, Psicología Política, América Latina.

Introdução

A História oficial afirma que a América Latina foi “descoberta” no fim do século XV, quando espanhóis e portugueses chegaram à costa e iniciaram a colonização da população indígena e do seu território. Dussel (1994) afirma que não houve “des-cobrimento” da América Latina, mas sim “en-cobrimento” do Outro, da alteridade indígena. Abordagem parecida é a da Teoria da Dependência, que afirma que a América Latina só passa a existir enquanto tal, quando é incorporada de maneira subordinada a um sistema capitalista em formação e expansão (Marini, 2000).

A história do continente latino-americano foi marcada por diversos processos correlatos: a proximidade temporal dos movimentos de independência no século XIX, a industrialização tardia, os regimes populistas no século XX e os golpes que instauraram ditaduras em muitas nações (Castañeda, 1995). Quanto ao Brasil, sua invenção ocorre com a invasão portuguesa sobre o território e sua população autóctone. Incontáveis combates se travaram entre portugueses e índios. A captura destes não foi feita apenas por mercenários (bandeirantes), mas também pela catequização jesuíta, a qual instrumentalizou conhecimentos psicológicos em um processo de dominação

e “educação” (Pessotti, 1998). Neste cenário, houve uma série de conflitos diretos e guerras entre raças e povos, lutas insurgentes contra o Estado, dentre estes: os movimentos de resistência escrava no período colonial, como a Guerra dos Palmares, movimentos independentistas no período imperial, como a Inconfidência Mineira de Tiradentes, movimentos insurrecionais religiosos no período imperial e republicano, movimentos pela terra e dos trabalhadores no período republicano, entre muitos outros. Lutas que acirraram a tensão entre Estado e movimentos sociais, expressando, assim, a violência sempre presente na constituição do Estado brasileiro.

As ditaduras civis-militares na América Latina e no Brasil surgiram para garantir a subordinação dos países latino-americanos ao sistema imperialista e para reprimir toda mobilização popular que almejassem reversão dos padrões de superexploração (Marini, 2000). Portanto, os golpes militares repetiram a violência histórica latino-americana. Ocorreram quando segmentos das elites civis aliados aos militares pretenderam manter as relações instituídas de dominação pelo uso da força direta para a tomada do poder do Estado, infringindo o regime democrático e constituindo um Estado de exceção. Perseguições,

prisões arbitrárias, tortura e assassinatos tornaram-se algo comum. Centenas de mortos e desaparecidos no Brasil, milhares no Chile, na Argentina, dezenas de milhares em El Salvador.

A sociedade não se manteve passiva com a violência de Estado, emergiram movimentos insurgentes contra a repressão, ditaduras ou governos aliados de uma burguesia articulada às políticas norte-americanas e que mantinham a população em condições miseráveis. Desde as lutas por independência até rebeliões de massas sufocadas por ditaduras indicam que a insurgência das massas latino-americanas é um produto das realidades de injustiça estrutural e expressão de sua potência de vida. Na luta contra a ditadura, o ideário da transformação ocupava o imaginário social, de um devir-revolucionário atualizando-se em distintos movimentos sociais. A transformação era possível, pois ocorreram acontecimentos importantes no âmbito da esquerda mundial: em 1949, a Revolução Chinesa; em 1959, a Revolução chegou à América Latina, na pequena ilha de Cuba; em 1962, a Argélia conseguiu sua independência, após intensa luta armada contra o exército francês.

Este trabalho analisa duas implicações dos processos de insurgência no período de ditadura militar no Brasil e América Latina. Investiga como a luta insurgente contra o terrorismo de Estado na América Latina mudou a Psicologia e as formas de participação política. Assim, em primeiro lugar, destaca-se como a aliança com a luta insurgente criou uma Psicologia da Libertação (PL). Em seguida, analisa-se, a partir de relatos de sujeitos envolvidos em lutas armadas guerrilheiras, a conscientização e a mudança dos atores sociais engajados com atividades insurgentes.

O trabalho utiliza dois procedimentos de investigação: a revisão bibliográfica e entrevistas com quatro ex-guerrilheiros brasileiros e um ex-guerrilheiro colombiano. Na revisão, foram consultados livros e artigos sobre a constituição e principais características da PL e sobre a ditadura militar e a guerrilha armada. Privilegiou-se textos clássicos de ambas as temáticas. Realizou-se análise de conteúdo das entrevistas (Bardin, 1977; Vázquez, 1997), em que foram selecionados conteúdos que se referem ao processo de conscientização política do ator social, de quando resolve ter participação política e pegar em armas para a luta e resistência contra a ditadura.

O texto começa discutindo o contexto de ditaduras civis-militares na América Latina com uma ênfase

especial sobre a ditadura brasileira. Em seguida, é analisada a constituição da PL de Ignacio Martín-Baró como uma Psicologia crítica decorrente da aliança com lutas insurgentes na América Latina. Finalmente é discutido o processo de participação política de ex-guerrilheiros com o fim de se refletir sobre subjetividades insurgentes no contexto de repressão.

América Latina: da repressão à insurgência

Nos países latino-americanos impera enorme pobreza, concentração de renda e intensas contradições sociais. Seu aprofundamento entre os anos 1950 e 1980 se expressou na elevação da intensidade das lutas em curso no continente. Ditaduras militares com o apoio do imperialismo norte-americano assolaram o continente desde 1931, com o golpe militar em El Salvador. Em resposta ao golpe, o Partido Comunista do país, liderou uma insurreição camponesa em 1932 que terminou com o violento massacre de dezenas de milhares de camponeses, indígenas e trabalhadores (Dalton, 1963/2010; Montgomery, 1995). A derrota deste levante popular representou uma mudança na relação dos partidos comunistas (PCs) com as massas latino-americanas. Nas décadas seguintes, os PCs, além de serem violentamente reprimidos, estagnaram com a hegemonia de práticas stalinistas, demonstrada pela incapacidade de analisar as realidades da América Latina em sua especificidade e por posturas políticas defensivas. Nos anos 1960, há uma mudança provocada pela vitória da Revolução Cubana: a construção das revoluções sociais a partir de lutas inspiradas pelas táticas guerrilheiras se torna uma política influente entre amplos setores de esquerda (Portantiero, 1989).

A Revolução Cubana foi um marco político para o continente. Na luta contra a ditadura de Batista e o imperialismo norte-americano, o Movimento 26 de Julho adotou a luta armada como forma radical de ação. Da exitosa guerra de guerrilhas de Sierra Maestra, que tomou o poder em 1959, passou-se à instauração de um regime socialista. Devido ao êxito da estratégia de guerra de guerrilhas em Cuba e no Vietnã, contra a invasão norte-americana, ela foi amplamente utilizada pela esquerda política na América Latina nas décadas de 1960 a 1980, como forma de luta contra regimes ditatoriais e a favor de um projeto socialista. As emergentes organizações da esquerda tornavam-se partidárias das estratégias armadas castro-guevaris-

tas, que consistiam em fomentar a luta revolucionária a partir de focos guerrilheiros de mobilização armada (Debray, 1967). Para Che Guevara (1960), o sucesso da Revolução Cubana nos traz três aportes: (1) de que as forças populares organizadas podem vencer uma guerra contra o exército; (2) que nem sempre se precisa esperar que se dêem todas as condições para a revolução, pois o foco insurrecional pode criá-las; (3) na América Latina caracterizada pelo subdesenvolvimento, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo.

Neste período, praticamente ao mesmo tempo, sucederam-se ditaduras em vários países da América Latina, multiplicando-se também organizações de guerrilhas para combatê-las:

A Frente Sandinista na Nicarágua, criada em 1961 por Carlos Fonseca Amador, proclamou sua lealdade à guerra de guerrilhas de Augusto César Sandino contra os marines norte-americanos nos anos 1920; o MR-13 na Guatemala, fundado em 1962 por jovens oficiais do exército, foi leal à memória do regime de Arbenz, derrubado em 1954. Criaram-se focos na Argentina, na Colômbia (seguindo o exemplo de Camilo Torres, o sacerdote guerrilheiro aristocrata), no Peru (a APRA rebelde de Luis de la Puente e o MIR, a rebelião campesina de Hugo Blanco) e na região boliviana de Nancahuazú, onde o Che Guevara viveria seus últimos dias em 1967 (Castañeda, 1995, p. 91, tradução nossa).

No fim da década também surgiram grupos como o Movimento de Libertação Nacional –Tupamaros no Uruguai, que elaborou teoricamente a possibilidade da realização da guerrilha urbana (Huidobro, 1988; Pereyra, 1997), o Movimento da Esquerda Revolucionária no Chile (García, 2010), a Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), entre outros no Brasil.

No Brasil, a ditadura se instaurou com o intuito da manutenção do controle pelas elites (Gorender, 1998). O populismo do presidente João Goulart preocupava elites e segmentos das Forças Armadas que temiam o crescimento da esquerda. O cenário eco-

nômico estava turbulento, a inflação anual beirava os 100% e Jango radicalizou suas práticas com decretos que “incluíam desapropriação de terras e a nacionalização de todas as refinarias de petróleo privadas” (Skidmore, 1998, p.215). Como Goulart e os movimentos de esquerda visavam a aceleração das reformas sociais, dirigentes militares, aliados a grupos conservadores da elite civil executaram o Golpe de Estado em 1º de abril de 1964². Depuseram Jango do poder com a justificativa de ser um golpe preventivo contra uma suposta tomada de poder sua ou dos comunistas (Gaspari, 2002). Um “golpe” da esquerda naquela conjuntura era bastante improvável, pois o Partido Comunista Brasileiro (PCB) estava otimista com sua aliança com os populistas e focava em sua legalização.

Houve uma intrincada articulação do golpe. O governo dos EUA monitorou a operação e interviria com armamentos e apoio aos golpistas. Entretanto, a ajuda bélica não foi necessária, não houve resistência (Gaspari, 2002). Com a tomada do poder, as Forças Armadas iniciaram 21 anos de governo militar no país, contando com o apoio de segmentos sociais, como empresários e a Igreja. O Golpe instaurou um modo de gestão da sociedade pautado mais em relações de guerra do que de diálogo e negociação. Tal acontecimento surpreendeu toda a esquerda, que não esboçou nenhum tipo de resistência, pois não levou em consideração sua iminência (Gorender, 1998).

No poder, os militares instauraram o estado de exceção através do dispositivo dos atos institucionais (AI). O primeiro conferiu poderes extraordinários ao Executivo, a reforma de militares, a cassação de mandatos eletivos e a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão. O AI-2 extinguiu todos os partidos, reabriu as cassações políticas e criou um sistema bipartidário, com um partido do governo, Aliança Renovadora Nacional, e um da oposição, Movimento Democrático Brasileiro. A manobra do governo era de manter maioria permanente. A repressão atingiu seu apogeu com o decreto do AI-5, conhecido como o “Golpe dentro do golpe”:

O Congresso foi fechado (embora não abolido) e todos os crimes contra a ‘Segurança Nacional’ passaram a ser da alçada da Justiça Militar. A censura foi introduzida, visando especialmente

² Para uma discussão mais aprofundada sobre as razões do golpe de 1964 e suas controvérsias, sugerimos a leitura do artigo de Fico (2004), que discute as principais versões sobre a realização do Golpe de Estado.

à televisão e ao rádio [...] Escuta telefônica, violação de correspondência e denúncias por informante tornaram-se lugar comum. As aulas nas Universidades eram controladas e uma onda de expurgos atingiu os principais docentes. [...] As forças de segurança puseram na mira especialmente clérigos e estudantes da oposição (Skidmore, 1998, p. 232).

A posição da direção do PCB de não pegar em armas para combater a ditadura gerou descontentamentos, cisões internas e busca por novas referências para a luta contra a ditadura militar. Surgiram posições que romperam com a via institucional e pacífica do “Partidão”. Muitos militantes radicalizaram sua participação e pegaram em armas para lutar pela revolução, deixando o PCB e constituindo organizações guerrilheiras. Dessa forma, os partidos de esquerda perderam parte significativa de seus quadros políticos. Com o recrudescimento da repressão pelo Estado, as organizações da luta armada também intensificaram suas práticas. Entre 1968 e 1972 houve uma série de ações armadas dos guerrilheiros como assaltos a bancos, expropriações de armas, sequestros de embaixadores e cônsules, ataques aos militares, atentados gerais, fugas etc. (Gorender, 1998).

Dentre as distintas organizações, cita-se a ALN e a VPR. A ALN foi uma frente ampliada formada por diversos segmentos sociais e teve como fim combater a ditadura por meio da luta armada, sendo uma das organizações guerrilheiras mais expressivas do país (Silva Junior, 2009). Carlos Marighella, comandante da ALN, estipula três princípios para a organização: (1) o dever de todo revolucionário é fazer a revolução; (2) não se pede licença para praticar atos revolucionários; e (3) só existe um compromisso – com a revolução. Dessa forma, não há uma submissão à hierarquia da organização, pois o compromisso maior sempre é com os atos revolucionários. Já a VPR, fruto da junção de dissidentes da Política Operária com o Movimento Nacionalista Revolucionário, foi uma das organizações guerrilheiras mais atuantes e congregou intelectuais, estudantes, ex-militares e operários. Também teve como um dos seus quadros o ex-capitão do Exército Carlos Lamarca.

A constituição de uma Psicologia militante e revolucionária: a Psicologia da Libertação

Não foi natural o movimento de a Psicologia assumir uma postura crítica frente à ditadura. Pelo contrário, houve uma tendência hegemônica de se adaptar ao regime instituído. É importante lembrar a contribuição de Coimbra (1995) sobre como, após o golpe de 1964 e a intensificação do terrorismo de Estado, a psicologização operou no Brasil. Entre as classes médias, fortaleceram-se o intimismo e o familismo: “O privado, o familiar, torna-se o refúgio contra os terrores da sociedade, nega-se o que acontece fora e volta-se para o que acontece dentro de si, de sua família” (p. 32). A Psicologia respondia às necessidades dessa subjetividade dominante e do regime vigente no país de quatro maneiras: (a) naturalizando o esvaziamento da esfera pública e a “tirania da intimidade”; (b) oferecendo contribuições “científicas” para aprimorar o aparato de repressão do terrorismo de estado identificando, por exemplo, o perfil psicológico do “terrorista”; (c) psicologizando o comportamento de militantes, que passam a ser tratados como “desviantes” com problemas familiares; (d) por fim, mantendo-se silenciosa em relação aos problemas vivenciados das maiorias populares. Soma-se também as práticas das entidades dos psicólogos, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP), que homenageou figuras importantes do regime civil-militar (Jacó-Vilela, & Braghini, 2015; Conselho Regional de Psicologia 6ª Região, 1994) e o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo que se negou a participar dos movimentos humanitários que denunciavam o assassinato do jornalista Wladimir Herzog nos porões do Departamento de Operações Políticas e Sociais, por serem movimentos que iam contra a ideologia do Estado (Hur, 2007).

No entanto, também é importante resgatarmos aquilo que foi anunciado pela luta insurgente. Pois, tal como afirmam Jacó-Vilela e Braghini (2015), a convivência de representantes com a ditadura, não significa que toda a Psicologia capitulara à ordem autocrática. A rebelião é uma atividade de criação: de novas ideias, práticas e possibilidades para a vida humana. Da luta insurgente surgiram novas formas de relação do sujeito com o mundo, assim como novas formas de se pensar e fazer Psicologia surgiram no contexto de lutas revolucionárias³. A radicalização de teorias

³ “A revolução abala as categorias que usamos para dar sentido à experiência; mostra o quão artificial, ainda que convincente, é a separação entre o ‘individual’ e o ‘social’ sob o capitalismo [...] É neste momento que disciplinas como a Psicologia, que fazem do isolamento uma virtude, são abaladas em seu âmago” (Parker, 2007, p. 147-148).

sociais latino-americanas foi um contraponto da intensificação das lutas sociais. As estratégias de luta contra a ditadura na América Latina se dividiam em dois tipos, o “militarista”, que se refere ao combate direto do regime pela luta armada, e o “massista”, que se refere ao trabalho de conscientização popular e das massas (Lungaretti, 2004; Hur, 2012).

O segundo contribuiu para o fortalecimento de teorias sociais críticas na América Latina em diversas áreas: teoria da dependência, teologia da libertação, filosofia da libertação, educação popular, sociologia militante, Psicologia da Libertação e Psicologia Comunitária (Flores, 2009). A intensificação dos conflitos sociais resultou em uma rejeição das ideias de uma Psicologia dominante que, por cumplicidade ou por omissão, era instrumento das ditaduras latino-americanas. Neste sentido, a atividade insurgente mudou a face da Psicologia. A seguir citaremos um expressivo exemplo: a Psicologia da Libertação⁴.

A PL na América Latina surge nos trabalhos de Martín-Baró⁵, quem propõe construir uma Psicologia que critica a realidade latino-americana, enfrenta condições estruturais de injustiças e desigualdades sociais e fomenta processos de libertação (Dobles, 2016; Martín-Baró, 1986/2011). “A Psicologia da Libertação busca revelar processos psicológicos com o fim de descolonizar o povo oprimido; neste sentido, ela dirige sua práxis para problemas psicossociais gerados em formações sociais existentes no Terceiro Mundo” (Flores, 2009, p. 30). Trata-se de um projeto de reconstrução da Psicologia rompendo com o poder instituído. Ao invés de tentar se definir como uma abordagem teórica específica (psicanálise, behaviorismo etc.) ou como uma nova área de especialização (Psicologia Social, Psicologia Clínica etc.)⁶, a PL é um programa ético-científico-político que introduz a luta contra a opressão e pela edificação de uma nova

sociedade e de um novo ser humano no núcleo da Psicologia (Dobles, 2016; Martín-Baró, 1989/2011).

A PL foi delineada especialmente após a intensificação das lutas sociais em El Salvador. Com a realização de um novo golpe de estado em 1979, houve uma unificação dos grupos de esquerda de El Salvador na *Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional* (FMLN) e, com isso, um acirramento da luta entre dominadores e dominados (Montgomery, 1995). Foi nesse contexto, ao questionar o papel da Psicologia diante de uma realidade estruturalmente violenta, Martín-Baró escreveu alguns dos seus textos mais importantes e, em 1986, apresentou o termo “Psicologia da Libertação”. Simpático ao programa da FMLN, Martín-Baró (1980/2017) afirma que, em um processo revolucionário, cabe ao psicólogo se questionar sobre qual é a sua contribuição para a edificação de uma nova sociedade. Neste sentido, o “psicólogo revolucionário” deve, primeiro, ser um “bom psicólogo”, pois não pode mais buscar sua autoridade em estruturas de poder, mas sim em sua capacidade de responder aos problemas decorrentes do processo revolucionário e dos desafios de edificação do homem novo. Segundo, deve ser um “psicólogo do povo”, deve reconstruir os modelos teóricos a partir da ótica popular e de acordo com os fins populares (Martín-Baró, 1980/2017).

A PL é, portanto, uma Psicologia que assume radicalmente um horizonte de libertação e coloca como aspecto central de seu ser e fazer os problemas vividos pelas camadas populares na América Latina (Martín-Baró, 1986/2011; 1987/2017a). O seu ponto de partida é a realidade latino-americana: os temas que aborda não são colocados por contendas abstratas. A proposta do autor é a de que: “não sejam os conceitos que convoquem a realidade, mas que a realidade busque os conceitos; que as teorias não definam os problemas de nossa situação; mas que os

⁴Exemplos de como a atividade insurgente modificou a Psicologia podem ser identificados em toda a América Latina. Aqui, podem ser relembrados três exemplos. Primeiro, no Chile, durante o governo da *Unidad Popular* derrubado pelo golpe militar em 1973, a Psicologia foi transformada por debates sobre a determinação social do conhecimento e sobre a sua relevância social para a nova realidade do país (Zúñiga, 1975). Segundo, o exemplo cubano. A Psicologia em Cuba, após a revolução, buscou responder aos problemas práticos colocados pela sociedade pós-revolucionária, isto é, se desenvolveu impulsionada pela necessidade de resolver problemas vividos pelas maiores populares ou apresentados por campanhas propostas pelo governo revolucionário (Torre Molina, 2009; Lacerda Junior, 2015; Solé, 2007). Por fim, a Psicologia Social Comunitária, que teve, entre suas primeiras práticas, a estreita associação com movimentos populares que combatiam as instituições dominantes (Freitas, 1996). Em trabalhos como o de Góis (2003), a finalidade da Psicologia Comunitária é claramente a de promover a auto-organização e a luta reivindicatória do povo oprimido.

⁵Esta ressalva é importante, porque o termo “Psicologia da Libertação” aparece antes dos trabalhos de Martín-Baró (ver Flores, 2009). É interessante ressaltar que, na África, a ideia de libertação entre teóricos “psi” aparece associada com contextos em que lutas armadas contra a dominação imperialista ameaçavam a manutenção do *status quo* (Bulhan, 1982).

⁶Assim, Martín-Baró justifica a importância de se refletir sobre o conceito de libertação pelas “possibilidades que abre para os diversos ramos do fazer psicológico em nossas circunstâncias latino-americanas” (1989/2011, p. 212).

problemas as exijam e, por assim dizer, escolham sua própria teorização” (Martín-Baró, 1987/2017a, p. 78).

A incorporação do horizonte de libertação na Psicologia tem duas implicações. A primeira é a libertação da Psicologia, isto é, uma redefinição da Psicologia latino-americana questionando os modelos teóricos predominantes. Não se trata de descartar o conhecimento existente, mas de reconstruir e redefinir a Psicologia a partir da perspectiva popular. A segunda implicação é o engajamento do saber e fazer da Psicologia com as lutas populares. A incorporação da perspectiva popular não deve se dar apenas pela realização de análises teóricas – já que não há efetiva libertação sem intensificação da luta contra a ordem instituída – mas por contribuições concretas às organizações populares que almejam a libertação (Martín-Baró, 1986/2011; 1987/2017a; 1989/2011)⁷.

A partir dessa segunda implicação, Martín-Baró definiu diversas tarefas específicas para a PL. Em um primeiro trabalho (Martín-Baró, 1986/2011), destacou três tarefas: a recuperação da memória histórica, a desideologização da experiência cotidiana e a potencialização das virtudes populares. Em outro, (1987/2017a) destacou como tarefas urgentes o estudo sistemático das formas de consciência popular, o resgate das virtudes populares e a análise das organizações populares como instrumentos de libertação. Apesar das ligeiras diferenças, todas as tarefas tinham como centro a preocupação em intensificar a atividade insurgente dos povos. Este seria o elemento mais importante com o qual a Psicologia deve se preocupar: “Somente a prática revolucionária permitirá aos povos latino-americanos romperem a inflexibilidade de estruturas sociais congeladas em função de interesses minoritários” (Martín-Baró, 1987/2017b, p. 200).

Discursos da insurgência: a transição para a luta libertária

Neste tópico pretendemos discutir como se deu o processo de conscientização política e adesão à luta

armada de alguns militantes políticos. Conscientização é compreendida a partir da definição freireana: processo de desvelar a realidade mediante uma inserção crítica na sociedade, portanto, trata-se, de um lado, de análise e compreensão do mundo e, de outro, da atividade de fazer e refazer o mundo (Freire, 1968/2005). Martín-Baró (1996; 1986/2011) destaca que o processo de conscientização se inicia com a decodificação dos mecanismos de opressão e desumanização da realidade vivida, passa pela construção de um novo saber da pessoa sobre si e sobre o seu mundo e, por fim, resulta na abertura de novas possibilidades de ação transformadora para o sujeito. Neste sentido: “conscientização articula a dimensão psicológica da consciência pessoal com a sua dimensão social e política e explicita a dialética histórica entre o saber e o fazer, o crescimento individual e a organização comunitária, a libertação pessoal e a transformação social” (Martín-Baró, 1986/2011, p. 187).

A conscientização pode contribuir para a superação do “torpor” latino-americano, mas somente se articulada com a reapropriação da experiência cotidiana, a organização coletiva e a prática de classe (Martín-Baró, 1987/2017b). Por organização coletiva entende-se a busca de grupos sociais por formas cooperativas de resolução dos problemas estruturais que são desvelados pela consciência crítica. Já a prática de classe é a busca por mudança revolucionária de estruturas políticas, econômicas e psicossociais da ordem social capitalista, condição para que uma efetiva autonomia exista na história de vida do sujeito.

Neste trabalho, a conscientização política foi analisada a partir de entrevistas semidiretivas realizadas com cinco ex-guerrilheiros que relataram sua participação política na guerrilha armada⁸. Os relatos analisados foram de: Fotógrafo (Organização Revolucionária Marxista Política Operária – Polop, VPR e Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares – VAR-P), Jornalista (VPR), Economista (VPR), Deputado (Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista

⁷ Martín-Baró (1987/2017a, p. 83) foi enfático quanto a este aspecto: “Enquanto os povos não contarem com poder social, suas necessidades serão ignoradas e sua voz silenciada. Por isso, como psicólogos, devemos contribuir para fortalecer todas as mediações grupais – comunidades ou cooperativas, sindicatos ou organizações populares – que buscam representar e promover os interesses das classes majoritárias”. É preciso ressaltar que esta preocupação com a contribuição prática da Psicologia não passou despercebida. Para além do assassinato que, de forma brutal, ilustra o incômodo da obra de Martín-Baró ao poder instituído, pode-se citar, como exemplo, o fato de uma revista liberal estadunidense ter publicado um artigo destacando a importância das pesquisas de opinião realizadas por uma organização fundada em 1986 por Martín-Baró, o *Instituto Universitario de Opinión Pública* (Iudop), para revelar a falsidade das pesquisas de opinião realizadas por uma agência utilizada pelo governo dos EUA – a Organização *Gallup* (Bollinger, & Lund, 1988).

⁸ As entrevistas com os ex-guerrilheiros brasileiros foram realizadas no ano de 2008 em São Paulo e a do ex-guerrilheiro das FARC no ano de 2009 na cidade de Barcelona.

do Brasil – PCdoB) e Colombiano (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC). Como o foco aqui se dá sobre a gênese de suas participações políticas, são citadas apenas análises sobre o processo de conscientização política e adesão à luta armada.

O início da conscientização política

Todos os entrevistados relataram a percepção sobre as contradições sociais como um passo inicial para a tomada da consciência sobre os processos político-sociais. A insurgência nascia da percepção de um cenário de injustiça social. Tal fato é correlato à afirmação de Carlos Fonseca, fundador da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que entende que a origem dos movimentos armados na América Latina se deu mais por “vergonha” das situações político-sociais desses países, do que propriamente por uma “consciência” (Martí, 2006, p. 15).

Para Economista, perceber as contradições sociais no Brasil foi importante para se indignar frente ao estado de coisas e posteriormente lutar contra o que considerava injusto. Cita seu choque ao mudar para o Nordeste e se deparar com situações extremas de pobreza:

Essa minha compreensão, digamos, política e minha indignação, ninguém se torna revolucionário porque vê uma coisa bonitinha. Atitude pessoal, que é uma atitude não só intelectual, de conjunto, de visão de mundo, né, passa por, digamos, um “sentir” as coisas de determinada maneira, tudo por um sentimento de solidariedade com pessoas obviamente esmagadas (Economista, 54-58⁹).

Com seu relato pode-se entender que determinada experiência concreta foi o ponto de partida de seu processo de conscientização. Ela se amplia quando estuda Economia e compreende os mecanismos que geram a desigualdade social: “acabei me vinculando ao curso de Economia Política da Universidade de Lausanne [...] Aí eu passei a entender os mecanismos econômicos que estão por trás dessa tragédia que é latino-americana” (Economista, 83-87).

Deputado rememora a vivência que teve como família camponesa para que compreendesse e vivesse a aguda contradição social existente no Brasil. Teve que trabalhar muito cedo:

Minha família é uma família pobre, de camponeses [...]. Comecei a trabalhar com oito anos de idade, na roça. Eu era o filho mais velho e ajudava meu pai. Então, eu praticamente não tive adolescência, minha infância foi na roça, trabalhando diretamente na agricultura (Deputado, 42-46).

Ao sair da roça para estudar, foi morar numa Igreja. Começou a participar de movimentos religiosos, tendo uma militância inicial na Juventude Agrária Católica e na Juventude Estudantil Católica. Afirma que se engajou na militância política quando entrou na faculdade e no movimento estudantil. A influência do contexto que vivia foi um fator importante de politização:

a Universidade naquela época era o centro político daquela efervescência cultural, ideológica e de oposição à ditadura [...] E dentro da Universidade a gente tinha uma vida intensa, não só de estudar, mas de fazer política, música, teatro, enfim a Universidade era o cenário propício para aquela efervescência política. [...] Depois veio as lutas pelos excedentes, as ocupações, o enfrentamento com a polícia, aquilo ali foi um crescente. E era uma vida muito libertária, no sentido do desprendimento, da dedicação que a gente vivia dentro da Universidade (Deputado, 164-172).

A Universidade era considerada como espaço de vivência múltipla e que acolhia seus anseios de abertura ao mundo, tendo uma importância central para o engajamento e a politização. Nela, teve uma intensa atuação e rápida progressão nos espaços de participação política:

E naquele clima de efervescência eu misturei com a compreensão das minhas origens, da situação da minha família e também com a consciência política. Aí eu fui escolhido para ser o presidente do Centro Acadêmico numa eleição direta. E fui eleito. Aí já foi rápido, no ano seguinte eu já estava no DCE, liderando as passeatas, as mobilizações de Fortaleza. No período de 68, já estava participando dos encontros da UNE aqui em São Paulo, que o DCE no Ceará se equiparava à UEE, porque só tinha uma Universidade. Aí eu já estava numa militância engajada muito rapidamente.

⁹Os números entre parênteses referem-se às linhas em que a presente citação se localiza na entrevista integral.

Foi um ano no Centro Acadêmico, um ano no DCE e depois já na militância estudantil na UNE, foi uma coisa relativamente rápida. Numa época em que as coisas aconteciam com muita intensidade (Deputado, 136-145).

Fotógrafo afirma que ser vizinho de famílias de operários foi fator que gerou o início da compreensão das contradições sociais. No seu processo de politização, ocorre fenômeno correlato como o que ocorreu com Deputado, a vivência da contradição social foi ressignificada quando ingressa na Universidade e começa sua formação política. Portanto, na infância a contradição social é sentida, mas apenas é “significada” depois do início da militância política. Mas, diferente de Deputado, a contradição social é vista na pobreza do outro, nos filhos dos operários, pois Fotógrafo sentia diferenças sociais entre sua família judia, de classe média, e as famílias de operários.

Depois na adolescência, no ginásio, colegial, eu fui alienado, nas escolas que estudei não tinha movimento secundarista, não queria saber de nada. Pior que eu era jogador de futebol, queria ser jogador profissional de futebol, eu era totalmente alienado, só me salvei quando eu entrei na faculdade de Física, que era na Faculdade de Filosofia aqui da Maria Antônia (Fotógrafo, 40-44).

Na faculdade eu entrei, no vestibular, em 64, e logo tem o golpe. E foi aquela agitação na Maria Antônia, aí comecei a ver assembleia, o que nunca tinha ouvido falar na minha vida. [...] Aí caiu a ficha, comecei a participar de assembleia, me manifestar, já fui doutrinado, já fiz cursinho político... (Fotógrafo, 120-125).

Compreendia-se como um jovem despolitizado que teve a sorte de conhecer o Grêmio da Faculdade, pois assim se “salvou” da alienação. Tal participação em assembleias foi a porta de entrada para sua militância política estudantil e depois, para a luta armada. Já Jornalista, cita que a literatura foi o espaço potencial para a constituição de sua consciência política. Lia muito e desenvolveu uma consciência anticapitalista através da leitura precoce:

Era meio adoentado, tinha problemas respiratórios, muita gripe, então de criança me habituei a ler muito cedo [...] Li a obra inteira infantil do

Monteiro Lobato, que era bem, assim, aberta, né, o cara era anticapitalista, [...] então foi, digamos, o começo de uma consciência; ler muito e as coisas que, ele, Monteiro Lobato, debochava dos poderosos do mundo, gozava até da roupa dos capitalistas, com as cartolas e tal, ele dava uma visão bem irônica, bem sarcástica da sociedade estabelecida, dos poderes estabelecidos. Então isso, acho que pegou muito, porque ler uma coisa dessas com nove-dez anos de idade marca (Jornalista, 48-57).

Entende-se que para Jornalista, suas leituras foram de grande valor para descobrir o mundo e para sua politização, como ler e entrar em contato com as críticas ao capitalismo de Monteiro Lobato. Os amigos também foram fator importante para chegar ao movimento estudantil:

Tive um amigo que era mais velho [...]: participou da luta armada comigo. Ele me trouxe esse approach socialista, alguma coisa já embrionária de marxismo, o anti-americanismo, tudo isso. E como ele era mais velho, também me indicou livros, se interessou antes de mim por Kafka, Camus, Sartre [...] Enfim, foram amizades que me tocavam para frente, me tornava adulto mais cedo (Jornalista, 137-147).

A politização de Colombiano já se deu de outra forma, por influência de familiares que militavam em organizações de esquerda:

muchos de ellos pasaron a militar dentro de organizaciones de izquierda [...] Había algunos que militaban en organizaciones de influencia maoísta, otros en el Partido Comunista. [...] Ellos, siendo familiares, algunos vivían cerca a mi residencia, a la casa nuestra. A veces iban a casa, algunos de ellos dejaban algún periódico de izquierda, en este caso me refiero a un periódico que ese entonces se llamaba “La voz proletaria”, que era el semanario del Partido Comunista Colombiano. Hasta que en una oportunidad, ya finalizando mis estudios de bachillerato, uno de ellos mi invitó a una conferencia sobre el tema de los chinos. En ese momento el PC Colombiano, alineado con la Unión Soviética, tenía una lucha ideológica contra todas las vertientes maoístas. Recuerdo yo que asistí esa conferencia en la sede del Sindicato de trabajadores de transporte aéreo (Colombiano, 53-66).

Com a participação nessas conferências e os debates políticos em família, foi convidado a entrar para o PC colombiano, ingressando assim na Juventude Comunista. Ao entrar na Universidade passa a ter uma atuação no movimento estudantil, participando ativamente dos debates universitários.

Y creo que dos, tres años después, yo ya era una persona reconocida en todo el ámbito de la Universidad. Pero que además de eso dentro de la Juventud Comunista ya empecé a asumir mayores responsabilidades, ya hacía parte de lo que se llamaba la Comisión Regional Estudiantil, hacía parte del Comité Ejecutivo Regional de la Juventud Comunista, es decir, ya tenía unos roles cada vez más comprometidos desde el punto de vista orgánico. [...] Realmente mi hogar era la Juventud Comunista y era los problemas estudiantiles. Y lo que caracteriza a los militantes de la década de 70, es decir, un grado de sacrificio, en la que, los problemas familiares, académicos, de actitud individual eran irrelevantes con relación a los problemas de la organización y la lucha política revolucionaria (Colombiano, 131-141).

Os relatos anteriores mostram que indignação e organização são dimensões associadas ao processo de conscientização política. Os relatos de Economista, Deputado e Fotógrafo demonstram que todos vivenciaram desigualdades ou viram a pobreza e a miséria. Mas essas experiências só foram convertidas em indignação após a decodificação de mecanismos opressivos e desumanizantes possibilitada por alguma forma de organização coletiva como, por exemplo, o movimento estudantil universitário. Já Jornalista decodifica o mundo pela literatura, mas suas ações dependem de experiências coletivas possibilitadas por amizades. Por fim, o relato de Colombiano mostra que a organização coletiva era parte constitutiva de sua vida. Assim, não somente a vivência das experiências de opressão, mas a sua análise crítica e a produção de novos posicionamentos nas relações sociais em organizações coletivas possibilitaram novas experiências, como a indignação, e o desdobramento de novas possibilidades de ação que se expressaram na luta revolucionária.

A entrada na luta armada

A participação estudantil foi um importante momento de politização dos entrevistados. Por meio

dela, engajaram-se com o projeto da luta contra a ditadura e, posteriormente, com organizações de luta armada. No discurso de Deputado aparece uma maior importância atribuída à atuação no movimento estudantil, tanto que chegou a participar da direção da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para exemplificar o processo da transição à atuação armada, são citados trechos de falas dos entrevistados que justificam a mudança de suas práticas políticas, muitas vezes devido às ações opressivas do Estado militar.

Para Fotógrafo, sua vivência de movimento estudantil foi potencializadora para seu processo de politização e entrada para a luta armada. Em pouco tempo após o início de sua militância política, entrou em uma organização revolucionária, a Polop:

Era tudo muito rápido. Havia um golpe, que criou uma ditadura, aí para participar, já havia uma luta que tinha que enfrentar a ditadura. Aí logo em seguida que comecei a participar e fazer pergunta, eu cheguei a falar em assembleia: “Mas por quê?” Aí me chamaram, fiz meu primeiro curso de marxismo-leninismo, nunca ouvi falar de comunismo, socialismo, foi nos cursos elementares de doutrinação, né. Depois do primeiro cursinho já comecei a participar numa organização de tendência trotskista. Nós éramos propagandistas da luta armada, já éramos contra a posição política do PCB. Foi assim, me interessei logo e me engajei (Fotógrafo, 129-137).

Economista cita as injustiças sociais como motivo para ingressar na luta armada. Na medida em que se politiza e entende os mecanismos que mantêm o Brasil em seus grilhões econômicos, passa a ver que a situação do país piora em virtude da ditadura militar. A intensificação das grandes contradições sociais brasileiras o indignou mais ainda:

Esse para mim é o pano de fundo, digamos, de uma transformação que me levou na época a contactar várias pessoas que estavam se organizando em Paris, para se articular [...] Então muita dessa gente exilada estava em Paris, estava se organizando para voltar ao Brasil e fomentar um movimento de oposição, me chamaram e enfim, eu fui (Economista, 150-154).

Portanto, é a partir desse repertório de valores e das redes de amizade que constituiu é que decide

retornar ao Brasil e lutar pela Revolução Socialista no país. Deputado decide dedicar-se integralmente ao movimento estudantil e ao PCdoB. Abandonou o movimento estudantil depois do decreto do AI-5. Devido à perseguição, viveu clandestino em São Paulo durante um ano e meio, até que se disponibilizou ao PCdoB para a entrada na guerrilha rural que estava sendo organizada na região do Araguaia, entrando assim para a luta armada. Abaixo, relata o processo repressivo corrente, em que pessoas que tiveram participação em movimentos de massa eram bastante perseguidas:

Quando veio o Ato Institucional número 5, foi um emparedamento daquela geração toda. A vanguarda do Movimento Estudantil, ou ela era presa, ou ia para a clandestinidade, ou para o exílio. Porque mesmo que as pessoas fossem cuidar de suas vidas, eram presas e torturadas. Então foi um conjunto de fatores, consciência, opção, emparedamento com o AI-5 e uma consciência de que o caminho era fazer a resistência armada, ou da forma da guerrilha urbana, como alguns companheiros fizeram, ou na forma da guerrilha rural, que foi a opção do PCdoB, no caso da Guerrilha do Araguaia (Deputado, 206-213).

Deputado expressa o AI-5 como um marco da extrema repressão. Os militantes estudantis tiveram como destino a prisão, o exílio ou a militância clandestina. Mesmo as pessoas que abandonavam a militância política chegavam a ser perseguidas, presas e torturadas pela repressão do Estado; houve cerca de 20.000 torturados por motivos políticos no período da ditadura militar (Gorender, 1998). Jornalista explica que quando atuava no movimento estudantil secundarista, a luta armada adquiria maior eficácia política em seu imaginário. Tinha contato direto com a Dissidência Universitária de São Paulo, organização ligada à ALN:

[...] mas naquele instante o pessoal da Zona Leste queria mesmo era se integrar com o pessoal da pesada, que estava assaltando banco, ia para a guerrilha; não gostávamos dos universitários, nos desprezavam e era mútuo. Eles viam a gente como tarefeiro e a gente via eles como bundas-mole [...] Então na hora que a Dissidência resolveu nos admitir, nós ficamos fora (Jornalista, 228-234).

A divisão no seu discurso fica clara, em que associa aos universitários a figura de “pessoas frouxas”, com uma ação ineficaz e os guerrilheiros como o “pessoal da pesada”, o “novo” modelo de atuação política. Por isso seu grupo decidiu não se agregar à Dissidência Universitária e tentou aliar-se a um grupo que tivesse uma ação política considerada mais eficaz e contundente. Então, após o “racha” com a Dissidência, buscou contato com organizações de luta armada, pois queria integrar-se na luta radical pela revolução.

Então, nós oito, conforme o movimento de massa que se tornava cada vez mais perigoso, impossível, reprimido, CCC fazendo provocações, tiroteio na Maria Antônia, conforme foram acontecendo todas essas coisas, ocupação militar na Greve de Osasco, conforme a coisa radicalizava a gente foi vendo, sentia que aquilo ia estourar, que não ia ter mesmo mais chance de continuar no esquema de movimento de massa. A gente começou a procurar, lá para outubro de 68, a gente já estava fazendo contato com as organizações, o pessoal vinha expor suas linhas, então veio o companheiro da ALN, do POC – Partido Operário Comunista – um desdobramento da Polop, veio PCBR, veio Espinosa da VPR (Jornalista, 257-265).

Nota-se que a opção pela luta armada resultava da vontade de continuar na militância política, como também da avaliação de que participar no modelo de movimento de massas já não se sustentava, pois estavam sendo massacrados pela repressão e pela violência do Estado militar. Então uma saída possível para alguns militantes foi aderir à luta armada para poder se proteger. Nesses casos, a adesão à luta armada tornou-se algo “compulsório” para o militante que queria continuar sua atuação com “algum tipo de segurança”, sem sair do país, ou para tentar se defender em caso de prisão. Portanto, entende-se que o fenômeno do surgimento das organizações armadas teve uma relação direta com o recrudescimento da violência do Estado de Exceção. A intensa repressão do Estado foi a gota d’água que produziu a participação dos atores sociais na guerrilha. Fotógrafo e Economista nos contam processos similares:

Não que a luta armada tenha sido um erro. Eu acho que havia todas as condições para começar a luta armada. Não havia nada de democracia, não havia

mais formas de vida democrática no país. Aquilo que existia era fachada, havia uma ditadura que reprimia tudo e a maneira para lutar contra a ditadura, uma das formas, era fazer a luta armada contra a ditadura. Que não pode esquecer, além da luta contra a ditadura, a gente queria implantar o socialismo. Para fazer a revolução no Brasil, nossa primeira coisa era combater a ditadura. Então, acho que foi primário porque nós abandonamos o trabalho político (Fotógrafo, 260-267).

Fotógrafo relata que, com a proibição das práticas democráticas no período da ditadura, a opção adotada foi pegar em armas para lutar pelo sonho revolucionário. E sua autocrítica, de considerá-la “primária”, refere-se ao fato de terem abandonado o trabalho político, ou seja, a adesão de sua organização à guerrilha fez com que abandonasse o trabalho de mobilização popular. Economista (179-182) alega que a adesão à luta armada se justificou devido ao golpe militar, ilegalmente perpetrado pelas elites sociais, portanto, em seu relato, a ditadura militar produziu as organizações de guerrilha. Após as organizações de esquerda optarem pela luta armada, houve uma institucionalização dessa prática, em que intensificaram seu caráter militarista e diminuíram seu caráter “político”. Houve uma estratificação desse viver:

E se no começo a gente nasce como luta armada, com o tempo você anda armado pela própria repressão. Porque você tem que sobreviver como pessoa, está identificado, você está pronto para matar quem vem te prender, ou se não há outra alternativa, se matar para não ser preso e não ser forçado a delatar as outras pessoas sob tortura. A tortura na época, você sabe, era generalizada (Economista, 331-335).

Colombiano, no início da década de 1980, também adere à luta armada a partir de uma maior implicação na luta política que assumia. Cita o debate político que ocorria:

Va tomando fuerza el planteamiento dentro de la izquierda latinoamericana que la forma principal de lucha, y la única forma eficaz de lograr los cambios revolucionarios en America Latina es a través de la lucha armada. Porque ya se tenia presente el derrocamiento del gobierno de Salvador Allende

en septiembre del año de 1973, entonces hubo una discusión en el seno de la izquierda latinoamericana, unos, por ejemplo en el caso de los colombianos, que hacíamos un planteamiento en el sentido de que era necesario la combinación de toda las formas de lucha, es decir, priorizando no la lucha armada, sino la lucha política, la lucha callejera. Pero también combinándola por la acción política abierta de carácter legal, a través de la búsqueda de representación en los organismos de elección popular y también la expresión armada, entonces, ese era el planteamiento de las células comunistas en Colombia. Hubo algunos sectores en las que priorizaban, que daban solamente relevancia a la lucha armada y consideraban que participar de procesos electorales era revisionismo, era aceptar las reglas del enemigo y que por tanto el cambio solamente se podía lograr a través de la acción del fusil (Colombiano, 166-179).

Colombiano intensificou sua participação política, organizando atos públicos e passou dez meses estudando comunismo na União Soviética. Em seguida, e com a aprovação do partido, ingressa nas FARC, compreendendo a luta armada como uma modalidade de “luta superior”, a qual teria eficácia para transformar o quadro de exploração social da América Latina.

Nos relatos agrupados neste tópico, é possível notar a importância da prática de classe como dimensão importante da conscientização (Martín-Baró, 1987/2017). A busca por autonomia que começa com e que é parte do processo de conscientização implica em desenvolvimento de práticas sociais que resultem em mudança revolucionária das estruturas existentes. A decodificação do mundo existente e a organização coletiva só ganham sentido no interior da busca por criar condições que possibilitem o desenvolvimento e a manutenção de uma vida caracterizada pela luta pela transformação social. Assim, a opção pela luta armada relatada pelos entrevistados foi a opção por uma prática de classe específica que parecia ser mais efetiva ou a única alternativa viável de se alcançar mudanças significativas. Deputado, Economista, Fotógrafo, Jornalista e Colombiano apontam para essa necessidade de se fazer algo que implicaria em transformação revolucionária das relações sociais instituídas. Com esses fragmentos, buscou-se selecionar relatos de pessoas que passaram por um processo de conscientização política e direcionaram suas vidas na

luta contra o regime de opressão. A insurgência originou-se na percepção das injustiças sociais vividas, constituiu novos grupos políticos e a adoção de uma nova postura: pegar em armas para lutar pela revolução. Esses militantes tomaram a responsabilidade do país, pagando o preço ao colocar as próprias vidas em risco, através da atualização de um imaginário e de uma ação radical pela transformação social.

Considerações finais

O presente trabalho, a partir de resgate histórico de um período de intensos conflitos no continente latino-americano, tentou apresentar duas das diversas possibilidades abertas pelas atividades insurgentes contra as ditaduras civis-militares. Em primeiro lugar, a atividade insurgente possibilitou a emergência de ideias e práticas na Psicologia que buscam a construção de relações sociais justas, democráticas e emancipatórias. Resgatar e explorar o potencial dessas ideias e práticas é central para pensar como a Psicologia brasileira pode contribuir para a superação de situações estruturais de injustiça e desigualdade social.

A emergência da PL demonstra que o desenvolvimento de um pensamento crítico não depende apenas da reflexividade. Diversas propostas de “Psicologia Crítica” surgiram na Europa ou nos EUA combatendo o positivismo, metodologias quantitativas e o experimentalismo, resultando em infindáveis debates reflexivos sobre realismo, construcionismo, discurso etc. (ver a compilação organizada por Parker, 1998). Mas a hipertrofia da reflexividade ou a ênfase no caráter social das relações humanas não são garantias para a construção de uma Psicologia que contribua para a transformação social, pois podem conviver, sem qualquer contradição, com um sistema opressivo e explorador (Parker, 2007). A PL, que surgiu em período de violência de Estado, também critica o positivismo e metodologias tradicionais, mas diferencia-se por sua implicação com a atividade insurgente contra a opressão e as ditaduras militares, constituindo-se como uma Psicologia Política Crítica (Hur, & Lacerda Junior, 2016). Problematisa as políticas da Psicologia, para refletir e elaborar possibilidades de intervenção crítica e transformadora. Assim, explorar esta vertente parece ser mais relevante do que reproduzir tendências dominantes provenientes do Norte, especialmente se a meta da crítica é transformar estruturas sociais de injustiça e desigualdade.

Em segundo lugar, a atividade insurgente também foi condição de possibilidade para a criação de novas experiências, subjetividades e reflexões sobre a atividade política. Os relatos destacados mostram, no âmbito da subjetividade e da luta política, que a conscientização não se relaciona apenas com a reflexividade, mas com a organização coletiva e a prática de classe que almejam a revolução. Indignação e atividade insurgente foram condições para a redefinição dos horizontes, possibilidades e trajetórias dos entrevistados. Diante de uma situação de crise social, a busca por autonomia não se reduziu à reflexão, mas à ação que, por sua vez, possibilitou aprofundar a compreensão da sociedade brasileira e a criação de novas formas de se tentar transformá-la.

A ditadura civil-militar aprofundou e intensificou a crise social que produziu o acirramento das lutas sociais no Brasil. A sua consolidação explicitou as diversas contradições sociais que caracterizavam e ainda caracterizam a sociedade brasileira e, nesta situação, a busca por uma pretensa normalidade que só poderia ser alcançada pela imersão no intimismo foi incentivada por diversas instâncias sociais, inclusive a Psicologia. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, as ditaduras latino-americanas contribuíram para a radicalização das atividades insurgentes e, portanto, das ações que buscavam transformação e autonomia social. Da radicalização brotaram a PL e o desenvolvimento de uma nova postura política na esquerda política brasileira. Tanto uma quanto a outra buscavam a produção de um novo mundo, de novas possibilidades, mesmo que isso significasse a possibilidade de perder a vida.

Tomar a perspectiva da insurgência para a Psicologia nos faz compreender os momentos de crise pelo seu potencial de transformação e produção de autonomia. Seja no âmbito da Psicologia como ciência e profissão, em que se pode autoanalisar suas práticas e posicionamentos políticos, saindo assim de uma postura adaptativa e normalizadora, para uma crítica e transformadora. Ou no ponto de vista dos militantes políticos, em que se constatou a emergência de “subjetividades insurgentes”, com um potencial de ação e pensamento que acedeu a organizações coletivas de luta contra a ditadura instituída, numa postura em que não se contentava em conformar-se às estruturas políticas vigentes, mas sim em transformá-las, num devir e fazer revolucionário.

Referências

- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bollinger, W., & Lund, D. M. (1988). Gallup in Central America: mixing polls and propaganda. *The Nation*, 246(18), 635-638.
- Bulhan, H. A. (1982). *Frantz Fanon and the psychology of oppression*. New York, NY: Plenum Press.
- Castañeda, J. G. (1995). *La utopía desarmada: Intrigas, dilemas y promesa de la izquierda en América Latina*. Barcelona: Ariel.
- Coimbra, C. (1995). *Guardiões da ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do "Milagre"*. Rio de Janeiro, RJ: Oficina do Autor
- Conselho Regional de Psicologia 6ª. Região – CRP-06. (1994). *Uma profissão chamada psicologia: CRP-06, 20 anos*. São Paulo, SP: Conselho Regional de Psicologia.
- Dalton, R. (2010). *El Salvador: monografía*. México, DF: Ocean Sur. (Originalmente publicado em 1963).
- Debray, R. (1967). *¿Revolución en la Revolución?* Lima: Ediciones de Cultura General.
- Dobles, I. (2016). *Ignacio Martín-Baró: una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas*. San José: Editorial Alerkin.
- Dussel, E. (1994). *1492, El encubrimiento del Otro: Hacia el origen del "mito de la Modernidad"*. La Paz: Plural.
- Fico, C. (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, 24(47), 29-60. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>
- Flores, J. M. (2009). Praxis and liberation in the context of Latin American theory. Em M. Montero e C. C. Sonn (Orgs.), *Psychology of liberation: theory and applications* (pp. 11-36). New York, NY: Springer.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido* (47a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. (Originalmente publicado em 1968).
- Freitas, M. F. Q. (1996). Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária: os paradigmas de Sílvia Lane, Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 63-82.
- Gaspari, E. (2002). *A ditadura envergonhada*. São Paulo, SP: Cia das Letras.
- García, E. (2010). *Todos los días de la vida: recuerdos de un militante del MIR chileno*. Santiago: Editorial Cuarto Propio.
- Góis, C. W. L. (2003). *Psicologia comunitária no Ceará: uma caminhada*. Fortaleza, CE: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais.
- Gorender, J. (1998). *Combate nas trevas* (5a ed.). São Paulo, SP: Ática.
- Guevara, E. (1960). *La guerra de guerrillas*. Havana: Granma Internacional.
- Huidobro, E. F. (1986). *Historia de los tupamaros* (3v.). Montevideo: Tae.
- Huidobro, E. F. (1988). *Historia de los tupamaros*. Montevideo: TAE.
- Hur, D. U. (2007). A Psicologia e suas entidades de classe: histórias sobre sua fundação e algumas práticas no Estado de São Paulo nos anos 70. *Psicologia Política*, 13(1). Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/rpp/seer/ojs/viewarticle.php?id=17&layout=html>
- Hur, D. U. (2012). Cartografias da luta armada: a guerrilha como máquina de guerra. *Mnemosine*, 8(2), 51-69.
- Hur, D. U. & Lacerda Junior, F. (Orgs.). (2016). *Psicologia política crítica: insurgências na América Latina*. Campinas, SP: Alínea.
- Jacó-Vilela, A. M., & Braghini, S. L. (2015). Psicologia, política, organizações sociais: a construção de um imaginário psi. *Psicología Básica y Aplicada*, 1(2), 89-95.
- Lacerda Junior, F. (2015). Insurgency, theoretical decolonization and social decolonization: Lessons from Cuban Psychology. *Journal of Social and Political Psychology*, 3(1), 298-323. <https://doi.org/10.5964/jspp.v3i1.154>
- Lungaretti, C. (2004). *Náufrago da Utopia*. São Paulo, SP: Geração Editorial.
- Marini, R. M. (2000). *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Martí, S. (2006) Nacimiento y mutación de la izquierda revolucionaria centroamericana. In: S. Martí, & C. Figueroa (Eds.), *La izquierda revolucionaria en Centroamérica: de la lucha armada a la participación electoral* (pp. 15-52). Madrid: Catarata.
- Martín-Baró, I. (2011). O desafio popular à psicologia social na América Latina. In R. S. L. Guzzo, & F. Lacerda Junior (Orgs.), *Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação* (pp. 199-219). Campinas, SP: Alínea. (Originalmente publicado em 1989).
- Martín-Baró, I. (2017a). O desafio popular à psicologia social na América Latina. In F. Lacerda Junior (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 66-88). Petrópolis, RJ: Vozes. (Originalmente publicado em 1987).
- Martín-Baró, I. (2017). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 173-203). Petrópolis, RJ: Vozes. (Originalmente publicado em 1987).
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X1997000100002>
- Martín-Baró, I. (2017). O psicólogo no processo revolucionário. In: F. Lacerda Junior (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 25-29). Petrópolis, RJ: Vozes. (Originalmente publicado em 1980).
- Martín-Baró, I. (2011). Para uma psicologia da libertação. In R. S. L. Guzzo, & F. Lacerda Junior (Orgs.), *Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação* (pp. 181-197). Campinas, SP: Alínea. (Originalmente publicado em 1986).
- Montgomery, T. S. (1995). *Revolution in El Salvador: from civil strife to civil peace*. San Francisco, CA: Westviews.
- Parker, I. (2007). *Revolution in psychology: alienation to emancipation*. London: Pluto.
- Parker, I. (Org.). (1998). *Social constructionism, discourse and realism*. London: Sage.
- Pereyra, D. (1997). *Del Moncada a Chiapas: historia de la lucha armada en América Latina* (3a ed.). Madrid: Los Libros de la Catarata).
- Pessotti, I. (1998). Notas para uma história da Psicologia no Brasil. In: Conselho Federal de Psicologia. *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 17-31). São Paulo, SP: Edicon.
- Portantiero, J. C. (1989). O marxismo latino-americano. In E. Hobsbawm (Org.), *História do marxismo: o marxismo hoje* (Vol. 11, pp. 333-357). Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Silva Junior, E. T. S. (2009). *Carlos, a face oculta de Marighella*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Skidmore, T. E. (1998). *Uma história do Brasil*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Solé, M. E. (2007). Cuba: desafios de una psicología transformadora. In I. D. Oropeza, S. B. Arróglia, & V. L. Zúñiga (Orgs.), *Psicología de la liberación en el contexto de la globalización neoliberal: Acciones, reflexiones y desafíos* (pp. 367-375). San José: Editorial UCR.
- Torre Molina, C. L. (2009). Historia de la Psicología en Cuba: cincuenta años de Psicología: cincuenta años de revolución. *Psicología America Latina*, (17), 48-74.
- Vázquez, F. (1997). *El dispositiu d'anàlisi de dades: l'Anàlisi de contingut temàtic/categorial* (Investigació i Coneixement Psicosocial). Mimeografado.
- Zúñiga, R. B. (1975). The experimenting society and radical social reform. *American Psychologist*, 30(2), 99-115. <https://doi.org/10.1037/h0076833>

Domenico Uhng Hur

Graduado, mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Brasil. Professor adjunto de graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, Goiás – GO, Brasil. Editor da Associação Ibero Latino-americana de Psicologia Política (2016–2018). Atualmente realiza pós-doutorado na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

E-mail: Domenico@ufg.br

Fernando Lacerda Júnior

Graduado e doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica, Campinas – SP. Brasil. Professor adjunto de graduação e pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás – GO, Brasil. Ex-presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política (2014–2016).

E-mail: fernando_lac@yahoo.com.br

Endereço para envio de correspondência:

Faculdade de Educação. Rua 235, s/nº. Setor Universitário. CEP: 74605-050.

Goiânia – GO. Brasil.

Recebido 20/06/2017

Aprovado 28/09/2017

Received 06/20/2017

Approved 09/28/2017

Recebido 20/06/2017

Aceptado 28/09/2017

Como citar: Hur, D.U., & Lacerda Júnior, F. (2017). Ditadura e insurgência na América Latina: psicologia da libertação e resistência armada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(n. spe), 28-43.
<https://doi.org/10.1590/1982-10.1590/1982-3703020002017>

How to cite: Hur, D.U., & Lacerda Júnior, F. (2017). Dictatorship and insurgence in Latin America: liberation psychology and armed resistance. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(n. spe), 28-43.
<https://doi.org/10.1590/1982-10.1590/1982-3703020002017>

Cómo citar: Hur, D.U., & Lacerda Júnior, F. (2017). Dictadura e insurgencia en Latinoamérica: psicología de la liberación y resistencia armada. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(n. spe), 28-43.
<https://doi.org/10.1590/1982-10.1590/1982-3703020002017>